

Governo busca saída para derrota no ITR

BRASÍLIA — A equipe da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, começou ontem a preparar dois antídotos para contornar os efeitos da rejeição pelo Congresso Nacional da medida provisória que muda a estrutura de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR). "Vai haver novos cortes em outros programas para compensar a perda de receita esperada com a mudança do ITR", anunciou ontem o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir. O ministério também vai elaborar outro projeto de lei, em nova tentativa de reformular o ITR, que entraria em vigor a partir de 1992.

A rejeição da medida provisória no Congresso caiu ontem como uma bomba sobre a equipe da ministra Zélia. "É lamentável, um mau resultado", comentou o secretário-executivo do Ministério da Economia, João Maia. "Isto só vai atrasar o

plano do governo para a reforma agrária", lamentou Kandir. "A rejeição da medida mostra apenas que a equipe econômica está bem à esquerda da base parlamentar do governo", emendou o deputado César Maia (PDT-RJ), que esteve ontem pela manhã com a ministra da Economia. Para eles, a proposta do governo era "justa e distributiva" e penalizava as grandes propriedades. "Pesava mais sobre quem podia pagar", disse João Maia.

No Congresso, comentava-se que a UDR contabilizara uma vitória quase tão importante quanto a que teve na Constituinte, ao conseguir praticamente derrotar a reforma agrária. "Venceu o lobby mais organizado dentro do Congresso", constatou o deputado Roberto Freire (PCB-PE) logo após a votação. Com a rejeição, pelo menos por esse ano, os proprietários rurais não terão aumento de impostos.

A força dos produtores rurais foi suficiente

até para dividir as lideranças governistas dentro do Congresso. O líder do PFL, deputado Ricardo Fiúza (PE), orientou seus companheiros de partido a votarem contra a medida do governo. Segundo o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), o PFL, principal bancada aliada do governo, teve 40 votos contra a medida e apenas 15 favoráveis.

Para não perder a expectativa de uma elevação de 50% na arrecadação do ITR determinada pela Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Receita Federal iniciou também uma análise minuciosa do Estatuto da Terra, cujas regras ainda nortearão a cobrança do imposto. "Há muitas brechas que permitem a ampliação da base de cálculo do ITR", revelou um técnico da Receita. Outra medida em estudo é a indexação do valor do ITR à variação do BTN, o que garantiria pelo menos o valor real do tributo arrecadado.